

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

JOSÉ LUIZ FREITAS ALEO

**Desfazimento sustentável de itens bibliográficos em bibliotecas públicas:
uma proposta para o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo**

São Paulo

2023

JOSÉ LUIZ FREITAS ALEO

**Desfazimento sustentável de itens bibliográficos em bibliotecas públicas:
uma proposta para o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luiz Côrtes

Versão corrigida

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Aleo, José Luiz Freitas
Desfazimento sustentável de itens bibliográficos em bibliotecas públicas: uma proposta para o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo / José Luiz Freitas Aleo; orientador, Pedro Luiz Côrtes. - São Paulo, 2023.
45 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. desenvolvimento de coleções. 2. descarte de materiais. 3. bibliotecas públicas. 4. sustentabilidade.
I. Côrtes, Pedro Luiz. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: ALEO, José Luiz Freitas

Título: Desfazimento sustentável de itens bibliográficos em bibliotecas públicas: uma proposta para o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

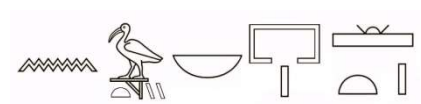
Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____



Para Thoth, o bibliotecário

AGRADECIMENTOS

A conclusão do curso de Biblioteconomia não seria possível sem a presença valiosa e o incentivo da bibliotecária Aline Aparecida da Costa, colega de faculdade e amiga para a vida.

Agradeço ao Prof. Dr. Pedro Luiz Côrtes pelo apoio e cuidado na orientação deste trabalho, à Prof. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos e ao Prof. Dr. Waldomiro Vergueiro pelos enriquecedores comentários da banca examinadora. E aos demais docentes do Departamento de Informação e Cultura, expresso minha gratidão.

Agradeço à família pelo suporte e aos amigos que me fizeram companhia nesse percurso.

RESUMO

ALEO, José Luiz Freitas. **Desfazimento sustentável de itens bibliográficos em bibliotecas públicas**: uma proposta para o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo. Orientador: Pedro Luiz Côrtes. 2023. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O agravamento dos problemas ambientais e climáticos nas últimas décadas tem exigido que governos, instituições e setores da sociedade tomem ações que visem a diminuir os impactos ao meio ambiente, atuando na direção de um ideal sustentável. A biblioteca pública pode desempenhar um papel particularmente importante nesse sentido, na medida em que tem a oportunidade de instruir os membros de sua comunidade com informações que levem à conscientização ambiental. Além disso, essas instituições devem fazer o gerenciamento responsável do desbastamento de livros e outros materiais bibliográficos. Em vez de simplesmente descartar materiais obsoletos ou em desuso, as bibliotecas devem considerar maneiras de reutilizar ou reciclar esses materiais. Tendo em vista o contexto das bibliotecas municipais da cidade de São Paulo, o presente trabalho propõe um procedimento sustentável para o desfazimento de itens bibliográficos, privilegiando o reúso e a doação, de forma que beneficie a própria comunidade onde a biblioteca está inserida, e colocando a reciclagem como segunda opção.

Palavras-chave: desenvolvimento de coleções, descarte de materiais, bibliotecas públicas, sustentabilidade

ABSTRACT

The worsening of environmental and climate problems in recent decades has required governments, institutions, and sectors of society to take actions to reduce environmental impacts and work towards sustainability. The public library can play a particularly important role in this regard, as it has the opportunity to educate members of its own community with information that leads to environmental awareness. In addition, these institutions must responsibly manage the weeding of books and other bibliographic materials. Instead of simply discarding outdated or unused materials, libraries should consider ways to reuse or recycle these materials. Considering the context of municipal libraries in the city of São Paulo, this paper proposes a sustainable procedure for the disposal of bibliographic items, prioritising reuse and donation in a way that benefits the community where the library is located, and placing recycling as a secondary option.

Keywords: collection development, material weeding, public libraries, sustainability

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Objetivos gerais	10
1.2. Objetivos específicos	10
2. JUSTIFICATIVA	10
3. METODOLOGIA	11
4. BIBLIOTECA PÚBLICA: SUA DEFINIÇÃO E PAPEL NA COMUNIDADE	12
4.1. Breve histórico da biblioteca pública na cidade de São Paulo	15
4.2. Sistema Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo	17
5. DESBASTAMENTO E DESFAZIMENTO DE ITENS EM BIBLIOTECAS	18
5.1. O material bibliográfico no âmbito do serviço público	20
5.2. A Política Nacional do Livro: mudança de classificação dos materiais bibliográficos	23
6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E BIBLIOTECA	24
6.1. Destinação sustentável para materiais bibliográficos desfeitos	29
6.2. Ausência de um procedimento de desfazimento de materiais bibliográficos no SMB	31
7. PROPOSTA DE PROCEDIMENTOS PARA O DESFAZIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITENS BIBLIOGRÁFICOS	32
7.1. Fluxograma	34
7.2. Detalhamento do processo	35
7.3. O Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis	37
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXO A – CONSULTA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO VIA e-SIC	45

1. INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento de coleções é composto por um ciclo de etapas que se iniciam com a análise da comunidade e com o estabelecimento de políticas de seleção, passam pela aquisição dos materiais bibliográficos, o desbastamento e, por fim, uma nova avaliação da coleção, a partir da qual o ciclo se reinicia (VERGUEIRO, 1987). Dessa maneira, o *desbastamento* é a etapa que representa o fim do percurso de um item no acervo de uma biblioteca. Nesse estágio, é realizada uma seleção negativa, os materiais selecionados são separados do restante da coleção e encaminhados para uma destinação específica, que pode ser a mudança para outro acervo, a permuta com outra unidade de informação, o desfazimento, entre outras.

Dentre os motivos para a realização do desbastamento estão a obsolescência dos itens e o surgimento de materiais mais recentes que os substituam. Materiais desatualizados tendem a ser menos procurados e acabam perdendo sua utilidade. Nesse contexto, o desbastamento é uma ação necessária para manter a coleção sempre atualizada, a fim de melhor atender aos interesses dos usuários.

Quando se trata de materiais obsoletos, itens avariados pelo uso ou cujo conteúdo e características físicas deixam de ser interessantes para uma biblioteca, é realizado o *desfazimento*, isto é, a renúncia da posse do material e seu encaminhamento para fora da unidade. Nesse contexto, as bibliotecas na esfera pública precisam ter especial cuidado com o desfazimento de materiais, não apenas porque eles representam um investimento com dinheiro público, mas também porque tais recursos devem estar contemplados por uma gestão sustentável.

Atualmente, é cada vez maior a preocupação com o uso e o reaproveitamento dos recursos materiais, de maneira racional e econômica, que vise ao baixo impacto ambiental. A função da administração pública nesse contexto é zelar pela adequada destinação de resíduos sólidos e promover, sempre que possível, o reaproveitamento dos bens materiais ou sua alienação a organizações de interesse social por meio de doação, tal como prevê a Lei de Licitações e Contratos Administrativos de 2021 (BRASIL, 2021).

Partindo da reflexão sobre a responsabilidade das instituições públicas no uso sustentável de recursos, este trabalho teve a intenção inicial de investigar como

ocorre o desfazimento de itens bibliográficos nas bibliotecas públicas da cidade de São Paulo. Durante a pesquisa, no entanto, verificou-se que nos últimos anos deixou de existir um protocolo para tal finalidade, fazendo com que as unidades mantivessem nos próprios estabelecimentos o material que deveria ser descartado. O problema, embora temporário, caracteriza uma lacuna procedimental na administração pública municipal, o que ensejou o objetivo deste estudo.

Levando-se em consideração o conceito de sustentabilidade, em conjuntura com a legislação vigente que trata do uso dos bens públicos, o presente trabalho pretende propor um procedimento para desfazimento de material bibliográfico que possa ser aplicada à rede de bibliotecas públicas que compõem o Sistema Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo.

1.1. Objetivos gerais

Elaborar um procedimento de desfazimento do material bibliográfico oriundo do processo de desbastamento nas bibliotecas públicas do município de São Paulo, visando à sustentabilidade, de forma a priorizar o reuso do material, evitando a destinação inadequada de bens públicos.

1.2. Objetivos Específicos

Conceituar os processos de *desbastamento* e *desfazimento* em bibliotecas; analisar as leis que tratam dos bens materiais no âmbito do serviço público; caracterizar os conceitos de *sustentabilidade* e de *biblioteca verde*; compreender a organização do Sistema Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo.

2. JUSTIFICATIVA

A maneira como os bens públicos são tratados quando deixam de ser úteis para a Administração Pública é um tema relevante tanto para a questão socioeconômica quanto para a ambiental. De um lado, por se tratar de um investimento feito com dinheiro público, é necessário que os materiais pertencentes aos órgãos públicos tenham uso racional, evitando desperdícios; por outro lado, ao serem descartados, é preciso considerar as possibilidades de reaproveitamento e de

reciclagem, a fim de contribuir com a redução do impacto ambiental. As bibliotecas públicas se inserem nesse contexto quando se trata de desfazimento de material bibliográfico.

Na cidade de São Paulo, cuja rede de bibliotecas municipais conta com mais de uma centena de unidades, é necessária especial preocupação da gestão pública, uma vez que o volume do material resultante do desfazimento tende a ser expressivo. No entanto, as informações sobre o destino desse material bibliográfico não são facilmente encontradas em pesquisas on-line, nem nos sites institucionais da prefeitura de São Paulo, em reportagens ou trabalhos acadêmicos, demandando, portanto, uma maior investigação.

Este trabalho pretende ser uma pequena contribuição no sentido de estudar os meios de desfazimento e destinação dos itens de bibliotecas públicas a fim de propor um procedimento que se aplique à rede municipal de São Paulo, colaborando no preenchimento da lacuna que parece existir quanto à abordagem desse tema em trabalhos acadêmicos.

3. METODOLOGIA

Este trabalho, em sua pretensão de propor uma solução para a lacuna que existe nos procedimentos adotados pelo SMB, realiza uma pesquisa de caráter exploratório, e usa a técnica de pesquisa bibliográfica para fazer o levantamento de informações e conceitos necessários, a partir dos quais se é possível pensar em uma proposta de processo de desfazimento de material bibliográfico que possa ser hipoteticamente aplicada ao contexto das bibliotecas públicas do município de São Paulo. Dessa forma, as informações obtidas são analisadas a partir de uma abordagem qualitativa.

De acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias têm por objetivo o desenvolvimento, o esclarecimento e a modificação de conceitos e ideias, “*tendo em vista a formulação de problemas mais precisos*”. Tais investigações abrangem a realização de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. É um tipo de pesquisa realizada quando o tema em questão é pouco explorado.

Uma vez constatada a carência de trabalhos que tratem do tema ora abordado — o desfazimento sustentável de itens bibliográficos em biblioteca pública

—, a estratégia usada foi o desmembramento desse tema em três assuntos distintos: (1) a biblioteca pública e seu papel na comunidade, (2) o desfazimento de itens bibliográficos e (3) a sustentabilidade. Assim, o levantamento bibliográfico concentrou-se em buscar cada assunto separadamente.

No presente estudo, a pesquisa bibliográfica inicial usou, como fontes principais, os motores de busca de textos acadêmicos on-line, as publicações oficiais no âmbito da União e do município de São Paulo, e ainda houve a necessidade de uma pequena pesquisa de campo, na qual buscou-se informações diretamente com uma servidora do SMB.

Por se tratar de um trabalho voltado à resolução de um problema que ocorre dentro de uma instituição específica, essa pesquisa tem características de um *estudo de caso*, sendo essa uma modalidade de investigação que, segundo Fonseca (2002, p. 33), “*se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos*”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica presente nos capítulos seguintes e a definição de conceitos sobre *biblioteca pública, desfazimento e sustentabilidade* constituem uma base teórica generalista, a partir da qual, pelo método dedutivo, é possível tirar conclusões sobre o caso particular aqui analisado.

4. BIBLIOTECA PÚBLICA: SUA DEFINIÇÃO E PAPEL NA COMUNIDADE

Dentre os tipos de bibliotecas existentes, a biblioteca pública se destaca por ser aquela que, mantida pelo poder público, deve se preocupar em atender à coletividade da população de determinada localidade, levando-se em conta sua diversidade, de maneira que o caráter universalizante dos assuntos que compõem seu acervo seja reflexo da variedade de interesses que são manifestados pelos usuários. De acordo com as *Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas* (IFLA, 2012), a biblioteca pública se caracteriza por ser

uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião,

língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade.
(IFLA, 2012, p. 1-2)

Dessa maneira, fica evidente o caráter democrático dessa instituição, no sentido de disponibilizar e difundir uma ampla gama de conhecimento a qualquer pessoa que queira acessá-la. A esse contexto, soma-se a necessidade de oferecer materiais em variados tipos de mídia e proporcionar aos usuários a acessibilidade para a informação.

Se, por um lado, as bibliotecas públicas têm acervos com tendências universalizantes, por outro lado é importante ressaltar que esses dispositivos informacionais também precisam estar integrados às suas respectivas comunidades para atender às necessidades locais. Nesse sentido, os bibliotecários devem estar atentos às demandas informacionais de seu público, bem como acompanhar as mudanças sociais e culturais a que os usuários estão sujeitos ao longo do tempo. O referido documento da IFLA (2012) defende que “a biblioteca pública deve ser uma instituição indispensável para a comunidade local no que se refere à coleta, preservação e promoção da cultura local em toda sua diversidade”, sugerindo que as expressões históricas e culturais da região sejam representadas por meio de itens do acervo, exposições, contação de histórias e outras atividades interativas.

É cada vez mais claro que o papel da biblioteca pública não se restringe à guarda e à difusão informacional (que podem ser exemplificados pelos tradicionais serviços de empréstimo e referência), mais do que isso, os serviços oferecidos por essas instituições precisam atender às diversas necessidades do usuário, sejam elas relacionadas à pesquisa de um assunto específico, à complementação dos estudos desenvolvidos na escola, às atividades lúdicas para crianças, ao apoio à alfabetização, ao letramento digital, ao lazer (podendo incluir ludotecas, equipamentos para reprodução de filmes, espaços para conversa) etc.

No entanto, por mais que os postulados teóricos esclareçam a função da biblioteca pública em uma comunidade, muitas vezes essas unidades de informação se deparam com o esvaziamento de usuários e um aparente desinteresse por frequentá-las. Em outras palavras, as bibliotecas públicas não são necessariamente populares, uma vez que a comunidade não se vê refletida naquele ambiente. É a partir dessa realidade que Almeida Júnior (2015) reflete sobre a relação entre essas instituições e a sociedade. Para o autor, a biblioteca pública, em sua função de

preservar o conhecimento, acaba por selecionar e difundir o pensamento e a cultura que são produzidos pelas elites, reproduzindo a história sob o ponto de vista das classes dominantes. Ali a cultura e o conhecimento das minorias sociais são sub-representados. Dessa maneira, o autor identifica uma espécie de relação simbiótica, na qual as elites apoiam a existência das bibliotecas públicas, e estas, por sua vez, tornam-se instituições que reforçam o *status quo* e as estruturas de poder vigentes na sociedade.

Atualmente, um dos grandes desafios da biblioteca pública, portanto, é conquistar o interesse de suas comunidades, permitindo que esta se veja representada na biblioteca e que dela se aproprie. É função social dessa instituição reverter sua condição de *excludente*, tal como afirma o professor Almeida Júnior, tornando-se, dessa forma, uma entidade aberta, acolhedora e inclusiva. A partir desse ponto, passa-se a pensar a biblioteca pública como um instrumento de *ação cultural*.

De acordo com Milanese (2003), a ação cultural é fundamentada em três verbos: *informar*, *debater* e *criar*. São esses dois últimos que, quando aplicados ao contexto da biblioteca, extrapolam a sua função tradicional e colocam o usuário como protagonista no processo de produção de um conhecimento relevante para a própria comunidade. A promoção do *debate* requer envolvimento e empatia dos profissionais de informação envolvidos, no sentido de propiciar círculos de conversa, palestras, seminários e outras oportunidades que permitam à comunidade colocar suas próprias questões em discussão e refletir sobre elas. Dessa maneira, a biblioteca pública torna-se um espaço de fórum para a livre troca de ideias e expressão do pensamento. Por fim, segundo o mesmo autor, o ato de *criar* é o propósito final de um centro de cultura: “*Ele deve ser o gerador contínuo de novos discursos e propostas. Ao lado dos acervos e das salas de reunião e auditórios, deverão estar as oficinas de criatividade [...]*” (MILANESI, 2003, p.180). É nesse momento que o usuário do serviço de informação pode efetivamente fazer sua contribuição criativa. A biblioteca que promove uma ação cultural deve estimular a expressão dos indivíduos de suas comunidades, para que estes possam realizar intervenções transformadoras que aproximem cada vez mais a instituição da realidade da população atendida. Nas palavras de Milanese (2003, p. 185): “*O centro de Cultura deve atuar como uma antena sensível, captando o que possa interessar à coletividade e transformando os sinais em ações em que o protagonista é o público*”.

4.1. Breve histórico da biblioteca pública na cidade de São Paulo

No Brasil, as bibliotecas públicas são, em indiscutível maioria, gerenciadas pelos municípios. Esse cenário presumivelmente se deve à maneira como a política para bibliotecas foi estruturada no País, em especial ao extinto Instituto Nacional do Livro, órgão criado na década de 30, que tinha por objetivo expandir a produção livreira nacional, por meio da coedição e da produção de livros. Os títulos publicados pelo INL eram distribuídos às bibliotecas públicas registradas no órgão, dessa maneira o instituto fomentou o registro, a criação e a manutenção de bibliotecas municipais por meio de convênios com as prefeituras (BARROSO, 1973).

O Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2009 e publicado no ano seguinte, trouxe dados que colaboram na compreensão do panorama atual. O estudo quantitativo apontou a existência de 4.763 bibliotecas públicas, distribuídas em 79% dos municípios brasileiros. A região Sudeste foi a que proporcionalmente apresentou mais municípios com pelo menos uma biblioteca pública municipal (92%), já na região Nordeste, essa taxa foi de 64%, sendo a menor entre as regiões brasileiras. Ainda a região Sudeste foi a que apresentou bibliotecas com os maiores acervos (BRASIL, 2010). O censo de bibliotecas em 2009 foi a única pesquisa do tipo já realizada no País, e a descontinuidade do procedimento censitário nos anos posteriores impede que se tenha uma visão mais detalhada da situação das bibliotecas públicas no Brasil. Informações desse tipo são fundamentais para que o Poder Público direcione recursos para o setor de forma mais acertada.

A Secretaria Especial da Cultura, órgão que foi subordinado ao Ministério do Turismo até 2022, manteve on-line um cadastro nacional de bibliotecas públicas, em que constam 5.293 unidades, entre bibliotecas municipais, estaduais, distritais e federais (BRASIL, 2022). Porém, diferentemente do censo, esse cadastro não é acompanhado de relatório estatístico que permita uma comparação entre o estudo de 2009 e o panorama atual.

No cenário brasileiro, em que as políticas para bibliotecas públicas e os investimentos em cultura são insuficientes, a cidade de São Paulo mantém uma relevância no que diz respeito à quantidade atual de bibliotecas públicas municipais (109), responsáveis pela guarda de um acervo superior a 3 milhões de itens (SÃO PAULO, 2021).

O histórico das bibliotecas públicas em São Paulo remonta a 1926, com a inauguração da primeira biblioteca aberta ao público geral, localizada na região central da cidade. Contudo, uma política mais robusta para as bibliotecas passou a acontecer a partir de 1935, com a criação do Departamento de Cultura e Recreação, quando o governo municipal passou a considerar as bibliotecas como ferramentas de disseminação da cultura e da educação para toda a população. A esse ato, sucedeu-se a criação da biblioteca móvel (que funcionava em um carro adaptado e que circulava pelos parques da cidade) e da Biblioteca Infantil Municipal, que mais tarde se tornaria a Biblioteca Monteiro Lobato (ROCHA & WALDMAN, 2020).

Nos anos seguintes, o acervo da Biblioteca Municipal sofreu grande expansão, com a aquisição de novos itens e com a absorção da coleção da Biblioteca Pública Estadual (desativada em 1937), fato que justificou a concepção de uma nova biblioteca, em prédio moderno e amplo, na Rua da Consolação, no centro da cidade. A inauguração ocorreu em 1942, mas o acesso do público só foi liberado no ano seguinte. Para a nova biblioteca, a qual posteriormente passaria a se chamar Biblioteca Mário de Andrade, previa-se a alocação de 150 mil obras, além de uma seção de revistas e jornais. Já em 1943, no mesmo local, foi instalada uma biblioteca circulante (NEGRÃO, 1979; ROCHA & WALDMAN, 2020).

Na década de 50, iniciou-se o primeiro momento de expansão das bibliotecas públicas e infantojuvenis para os bairros, contemplando principalmente as áreas urbanas mais populosas. Na época, o atendimento ao público era separado por faixas etárias, havendo uma Divisão de Bibliotecas para os usuários maiores de 15 anos e uma Divisão de Bibliotecas Infantojuvenis para o público infantil. O crescimento das bibliotecas de bairro ocorreu entre as décadas de 50 e 90, sendo mais intenso nos anos 80. O segundo momento de ampliação da rede de bibliotecas ocorreu entre os anos de 2003 e 2004, com a implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), cujas bibliotecas, que na época eram 21 unidades, foram idealizadas tanto para prestar apoio educacional aos estudantes quanto para atender ao público geral. As bibliotecas dos CEUs são multidisciplinares, oferecem diversos tipos de mídia e realizam programações culturais. Ainda em 2003, as bibliotecas de bairro tiveram sua administração transferida para as respectivas subprefeituras, ato que foi revertido a partir de 2005, com a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas. O SMB é o órgão subordinado à Secretaria da Cultura que, até os dias atuais, coordena de maneira centralizada todas as bibliotecas públicas municipais da capital (ROCHA & WALDMAN, 2020; SÃO PAULO, 2015).

4.2. Sistema Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo

O Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) da cidade de São Paulo é o órgão que atualmente administra as bibliotecas paulistanas, está subordinado à Secretaria da Cultura e foi criado no ano de 2005, a partir do Decreto Municipal nº 46.434/2005, que teve como objetivo reunir sob a mesma coordenação as bibliotecas municipais de bairro, as bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e as especializadas e de amplo alcance (Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal, Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Biblioteca Pedagógica Professora Alaíde Bueno Rodrigues, Biblioteca Pública Municipal Infantojuvenil Monteiro Lobato, Biblioteca Pública Municipal Louis Braille, Biblioteca Pública Municipal Sérgio Milliet, Discoteca Oneyda Alvarenga e Gibiteca Henfil) (SÃO PAULO, 2015). O SMB administra 9 bibliotecas especializadas e de amplo alcance, 46 bibliotecas de CEUs e 54 bibliotecas de bairro, além de 18 Bosques da Leitura, instalados em praças e parques da cidade, e 15 Pontos de Leitura, distribuídos nas regiões periféricas, que juntos somam mais de 3 milhões de itens de acervo, de acordo com o último boletim estatístico, publicado em 2021 (SÃO PAULO, 2021).

A organização atual do SMB, no entanto, foi estabelecida em 2018 pelo Decreto Municipal nº 58.207/2018. De acordo com essa estruturação, o sistema fica sob o comando da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB), que tem a função de propor e implementar políticas de incentivo à leitura e acesso ao livro nas bibliotecas da rede, implementar padrões de qualidade no espaço físico das bibliotecas e nos acervos, estabelecer os procedimentos básicos de funcionamento das unidades, coordenar atividades de nível administrativo e de recursos humanos, entre outras. Subordinadas à CSMB, existem quatro divisões: (1) Supervisão de programas e projetos, que é responsável por propor projetos culturais nas diversas linguagens artísticas; (2) Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações, que estabelece normas de processamento técnico dos itens bibliográficos e desenvolvimento de coleções; (3) Supervisão de Planejamento, que atua na organização de ações definidas pela CSMB, em conformidade com a Secretaria Municipal da Cultura; e (4) Supervisão de Bibliotecas, que é responsável por coordenar as ações dos Núcleos Regionais. Por sua vez, o Núcleo Regional de Bibliotecas Leste e Sul e o Núcleo Regional de Bibliotecas Centro, Norte e Oeste gerenciam as ações das bibliotecas públicas municipais, a partir das diretrizes propostas pela CSMB (SÃO PAULO, 2018).

5. DESBASTAMENTO E DESFAZIMENTO DE ITENS EM BIBLIOTECAS

O desenvolvimento de coleções é um processo cíclico e contínuo por meio do qual as bibliotecas mantêm atualizado seu acervo para melhor atender ao respectivo público. De acordo com Vergueiro (1989), trata-se de “um trabalho de planejamento” que deve estar integrado às atividades rotineiras da unidade de informação.

Por ser um *processo*, isto é, um procedimento formado de sucessivas operações, o desenvolvimento de coleções é composto por etapas bem definidas, as quais devem ser geridas pelo profissional bibliotecário e demais membros da equipe, tendo sempre em vista o atendimento da demanda informacional da comunidade em que a biblioteca está inserida. Nesse sentido, Vergueiro (1987) esclarece que o desenvolvimento de coleções é constituído por etapas cíclicas. São elas: análise da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. De acordo com o autor, esses elementos estão inter-relacionados, e o processo, embora comum a todas as bibliotecas, diferencia-se de uma unidade de informação para outra em função das demandas de seus públicos-alvo.

Ao cabo do percurso realizado por um documento no acervo físico de uma biblioteca está o *desbastamento*, procedimento que pode ser compreendido, em termos gerais, pela retirada de itens do acervo a fim de movê-los para outro local. Esse termo, cunhado por Vergueiro (1987), é uma tradução de *weeding*, que, por sua vez, foi usado por G. Edward Evans em sua obra *Developing library collections*, de 1979. O uso do termo desbastamento é uma figura de linguagem que evoca o ato de podar galhos superabundantes de uma árvore para que ela possa crescer de maneira mais harmoniosa. Da mesma forma, ao se “desbastar” um acervo, espera-se remover os itens que não são mais interessantes para a composição da coleção, ao mesmo tempo em que se criam espaços vagos para receber novos materiais.

Segundo Lancaster (2004), o desbaste é uma ação necessária diante da obsolescência e envelhecimento dos materiais, os quais vão deixando de interessar aos usuários e, conseqüentemente, sua procura e circulação tornam-se cada vez menores. Para Lancaster (2004, p. 112), “se o uso diminui com a idade, é preciso que se possam descartar itens com base em sua idade, ou pelo menos retirar itens mais antigos para depósitos menos acessíveis e menos dispendiosos”.

Alguns autores estabelecem uma relação de equivalência entre os termos *desbastamento* e *descarte*, no entanto, para fins de uniformização terminológica, o

presente trabalho usa o primeiro termo para referir-se ao processo de seleção negativa de documentos com o objetivo de apartá-los do acervo. Para Vergueiro (1987), o processo de desbastamento é abrangente no que diz respeito à sua finalidade, uma vez que o bibliotecário pode optar fazê-lo não apenas para retirar itens definitivamente da coleção (*descarte*), mas também para rearranjá-los em outro lugar ou encaminhá-los temporariamente para restauração, caso haja necessidade de reparos físicos, por exemplo.

Na hipótese da eliminação definitiva de material obsoleto, Lancaster (2004, p. 117) afirma que, “*na teoria, o desbaste do acervo de uma biblioteca, ao eliminar material ‘morto’, deve tornar mais atraentes para os leitores os itens expostos nas estantes*”. Já Alonso (1988) traz mais detalhes sobre os resultados positivos que são alcançados com a política de desbastamento, tais como o encolhimento no tamanho do acervo, evitando seu crescimento desordenado, e, conseqüentemente, a redução do espaço ocupado, bem como a diminuição dos custos de manutenção. Além disso, de acordo com o autor, os acervos menores propiciam maior acessibilidade à informação relevante.

Parece ser consenso entre os autores que o procedimento de desbastamento deve ser realizado a partir de métodos que permitam definir critérios bem estabelecidos para a seleção negativa, a fim de evitar arbitrariedades. Nesse sentido, Alonso (1988) apresenta, de forma resumida, os três grupos de critérios já determinados por Lancaster: *quantitativos*, *qualitativos* e *de uso*. Os critérios *quantitativos* são os que visam a diminuir o tamanho da coleção a partir da análise numérica da quantidade de itens. Nesses casos, pode-se levar em consideração o tamanho total da coleção ou a quantidade de itens por categorias (assunto, data de publicação, idioma etc.), bem como estabelecer relações entre o montante dos itens e a quantidade de usuários da biblioteca. Nesse primeiro grupo está também o critério financeiro, referente aos custos de manutenção da coleção, que normalmente é proporcional ao tamanho do acervo.

Ainda de acordo com a explicação de Alonso (1988), os critérios *qualitativos*, por sua vez, são aqueles que se preocupam em analisar o material tendo em vista seu valor, conteúdo e condição física. Esse grupo de critérios tende a preservar no acervo as obras consideradas de maior relevância, de maior importância histórica e de menor obsolescência, em detrimento de itens que são pouco citados, que não compõem bibliografias de referência ou que estão fisicamente avariados ou

danificados pelo uso. Por fim, a autora apresenta os *critérios de uso*, que tendem a selecionar para o desbastamento os itens menos procurados pelos usuários. Isso pode ser feito a partir da análise dos registros de empréstimo e pela examinação do material que é retirado das prateleiras para consultas dentro da biblioteca, a fim de identificar obras ou seções que são pouco usadas.

Após o desbastamento, uma das possibilidades de ação que pode ser tomada pela unidade de informação é o *desfazimento* — termo usado principalmente no âmbito das instituições públicas e que tem sido recorrente desde os anos 80 em normativas federais e estaduais que se referem à alienação de bens públicos —, isto é, a renúncia ao direito de propriedade do material. Normalmente, no processo de desfazimento, os itens em questão são efetivamente retirados do espaço físico da instituição, que lhes dá uma destinação. Como a presente pesquisa concentra sua análise em bibliotecas públicas, *desfazimento* é o termo preferencialmente usado no decorrer deste trabalho.

Alonso (1988) enumera algumas alternativas de encaminhamento que pode ser dado ao material desfeito: intercâmbio entre instituições (por meio de doação ou permuta); venda para sebos ou livrarias; e eliminação (sendo possível o uso de máquinas fragmentadoras para picotar o papel) seguida de venda ou doação do papel. Mais recentemente, a pesquisa realizada por Rodrigues e Barros (2018) observou que o material oriundo do desfazimento de bibliotecas públicas gaúchas também poderia ser destinado a organizações sociais e atender à própria comunidade *“através de ações que incentivem o hábito da leitura naqueles que se sentem, por motivos diversos, distantes do ambiente da biblioteca”* (RODRIGUES & BARROS, 2018, p. 107).

5.1. O material bibliográfico no âmbito do serviço público

As instituições públicas de qualquer esfera, sejam pertencentes a União, estados e municípios, autarquias ou outras, devem assumir uma responsabilidade contábil no trato dos bens públicos. Diferentemente de instituições particulares, que têm procedimentos próprios para aquisição, uso e desfazimento de materiais, as entidades de direito público precisam observar as normas e leis que dispõem sobre recursos materiais e patrimoniais.

Do ponto de vista da gestão pública, a definição dada pelo Decreto nº 99.658/1990 contempla, de maneira generalizada, o significado de *material*:

designação genérica de equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, veículos em geral, matérias-primas e outros itens empregados ou passíveis de emprego nas atividades dos órgãos e entidades públicas federais, independente de qualquer fator. (BRASIL, 1990)

Fazem parte, portanto, da designação de *material* os bens públicos tangíveis, de naturezas diversas, que são usados para a realização dos serviços públicos de qualquer espécie. Esses materiais são divididos em duas categorias: *permanentes* ou *de consumo*; de maneira que tal classificação tem impactos contábeis e orçamentários, ou seja, o tratamento dado a esses bens, desde o momento da aquisição até seu desfazimento, dependerá da forma como eles são classificados. Isso se justifica porque, no ponto de vista da gestão de recursos, os materiais permanentes são mais caros e de maior durabilidade, portanto necessitam de maior controle por parte da administração.

A Lei nº 4.320/1964, que está em vigor nos dias atuais, instituiu normas para elaboração e controle de orçamentos e balanços nas esferas públicas. Em seu parágrafo segundo do Artigo 15, há uma brevíssima explicação, segundo a qual, “*para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos*” (BRASIL, 1964). Já o *material de consumo*, por outro lado, é aquele com durabilidade inferior a dois anos.

Com o tempo, os métodos de classificação de material foram mais bem detalhados, e outros critérios passaram a ser considerados para além do tempo de durabilidade. Nesse sentido, a Portaria nº 488/2002, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, fornece definições mais pormenorizadas. Para efeito da norma, o *material de consumo* é “*aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei n. 4.320/64, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos*”; de maneira complementar, a cita portaria caracteriza o *material permanente* como “*aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos*” (BRASIL, 2002).

O mesmo documento acrescenta *parâmetros excludentes* para a identificação do material permanente: (1) A *durabilidade*, quando o material perde suas condições de funcionamento a partir do uso normal; (2) a *fragilidade*, quando sua estrutura é quebradiça, deformável e sujeita a uma modificação irrecuperável; (3) a

perecibilidade, quando o material sofre deterioração ou modificações físico-químicas; (4) a *incorporabilidade*, quando é destinado à incorporação a outro material, como, por exemplo, a aquisição de uma peça para a manutenção de um aparelho; e (5) a *transformabilidade*, que se refere ao material que é adquirido com a finalidade de ser transformado (BRASIL, 2002).

No que tange ao objeto de interesse do presente trabalho, quais sejam os materiais bibliográficos que compõem o acervo de uma biblioteca, em especial os livros, a Portaria nº 488/2002 classifica-os como *permanentes*. O documento apresenta uma tabela em que cita nominalmente vários itens bibliográficos que se devem ser enquadrados naquela classificação, são eles:

coleções bibliográficas de obras científicas, românticas, contos e documentários históricos, mapotecas, dicionários para uso em bibliotecas, enciclopédias, periódicos encadernados para uso em bibliotecas, palestras, tais como: álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica, jornal e revista (que constitua documentário), livro, mapa, material folclórico, partitura musical, publicações e documentos especializados destinados a bibliotecas, repertório legislativo e afins. (BRASIL, 2002)

Uma vez que os livros são considerados bens permanentes (excetuando-se aqueles de que trata a lei da Política Nacional do Livro, a qual será apresentada adiante), eles devem ser tombados e recebem um *número de tombamento*, também chamado de *número de patrimônio*. O processo de tombamento é “*efetuado na incorporação do bem ao patrimônio de uma organização. Por ocasião do tombamento, cadastram-se, em um banco de dados, informações essenciais do bem (características físicas, valor de aquisição etc.)*” (FENILI, 2016, p. 145). Por esse motivo, ao se realizar o desfazimento desse tipo de material, é também necessário executar a baixa patrimonial.

A retirada de itens do cadastro de patrimônios móveis de uma instituição não é um processo instantâneo, nem pode ser realizado por qualquer servidor. De acordo com o Decreto nº 9.373/2018, da Presidência da República, que dispõe sobre alienação, cessão, transferência, destinação e disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a baixa de patrimônio envolve a aprovação da autoridade competente daquele órgão, além de avaliações que devem ser

efetuadas por uma comissão local. Embora estados e municípios tenham suas próprias normativas que regulam esses procedimentos, é o referido decreto federal que lhes serve de parâmetro.

Já no caso de materiais de consumo, não há exigência de tombamento. O controle desses materiais é feito de maneira simplificada: a partir da contagem da quantidade de itens de forma periódica, método denominado *relação-carga*. Dessa maneira, o desfazimento do material considerado inservível, isto é, sem utilidade para a instituição, pode ser realizado de maneira mais ágil e facilitada.

5.2. A Política Nacional do Livro: mudança de classificação dos materiais bibliográficos

A Lei nº 10.753/2003, conhecida como “Lei do Livro”, instituiu a Política Nacional do Livro, que trouxe estímulos importantes para a circulação de materiais bibliográficos no País, bem como para a ampliação do mercado livreiro. Essa lei estabelece diretrizes para a União, estados e municípios no sentido de fomentar a produção nacional de livros, incentivar o descobrimento de novos autores, criar linhas de crédito para financiamento de editoras, ampliar livrarias e bibliotecas, promover o hábito da leitura, dentre outras medidas que vão ao encontro do objetivo de transformação social por meio do livro, expresso no inciso IX do Artigo Primeiro: *“capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda”* (BRASIL, 2003).

Para efeitos de aplicação da Política, define-se o *livro* como sendo *“a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento”* (BRASIL, 2003). No entanto, a lei ainda oferece uma lista de outros materiais que são equiparados aos livros, ampliando a gama de publicações abrangidas pela Política Nacional do Livro, tais como: fascículos; materiais avulsos relacionados a um livro; roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas; álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar; atlas, mapas e cartogramas; livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual; livros em Braille.

A Lei do Livro, em seu Artigo Dezoito, estabelece que, “*com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente*” (BRASIL, 2003). Aqui entende-se como *biblioteca pública* o dispositivo informacional e sociocultural, que tem em seu acervo uma grande diversidade de gêneros e assuntos, destinado a atender ao público em geral. A biblioteca pública se opõe à biblioteca especializada e, no Brasil, esse papel é desempenhado predominantemente pelas bibliotecas municipais. Com a publicação da Lei do Livro, portanto, o material bibliográfico nessas bibliotecas deixa de ser permanente e passa a ser considerado material de consumo. Tal alteração da natureza de despesa parece partir do entendimento de que os livros em biblioteca pública têm maior rotatividade em comparação às especializadas, uma vez que eles cumprem seu papel ao serem usados pelo público, sendo eventualmente desatualizados ou avariados, necessitando-se constantemente de reposições e incorporação de novos títulos e edições ao acervo.

6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E BIBLIOTECA

O modelo exploratório de desenvolvimento adotado pelas sociedades humanas ao longo das décadas, o crescimento das cidades, a poluição ambiental e o aumento nos padrões de consumo de bens e de energia são exemplos dos fatores responsáveis pela conjuntura de desigualdade socioeconômica e desequilíbrio ambiental nos tempos atuais. Diante dessa realidade, organismos internacionais, pesquisadores e outros setores da sociedade passaram a ressaltar a imprescindibilidade de uma mudança comportamental que reflita no uso responsável dos recursos limitados dos quais o planeta dispõe, isto é, um modo de vida e de desenvolvimento sustentáveis.

De acordo com Veiga e Zatz (2008), originalmente o conceito de *sustentabilidade* era mais comumente aplicado à área da biologia, para se referir a sistemas ambientais capazes de se renovarem. Biólogos e ambientalistas eram, por vezes, considerados antidesenvolvimentistas, já que a ideia de desenvolvimento econômico estava vinculada à exploração ambiental, feita de maneira predatória e altamente extrativista. Nesse contexto, o termo *desenvolvimento sustentável* passa a ser empregado numa tentativa de conciliação entre o modelo desenvolvimentista e

os movimentos para a preservação do meio natural, ao mesmo tempo em que a noção de sustentabilidade transpassa os limites das ciências biológicas e adentra o campo das humanidades.

O uso racional dos recursos naturais é uma ideia que se fez presente na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio-Ambiente Humano, sediada em Estocolmo, em 1972, cuja carta de princípios estabelecia que

Os recursos naturais da Terra, incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna, especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, por meio de cuidadoso planejamento e organização, conforme necessário. (ONU, 1973, p. 4, tradução nossa)

Tal documento, embora não fizesse uso dos termos *sustentabilidade* ou *desenvolvimento sustentável*, já expunha preocupação com o esgotamento dos recursos do planeta e colocava os seres humanos, especialmente os governos nacionais, como agentes responsáveis por administrar e preservar o patrimônio ambiental. Entre outros assuntos, o relatório da Conferência também recomendou que se cessassem o “*descarte de substâncias tóxicas ou de outros materiais e a liberação de calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio-ambiente não possa neutralizá-las*” (ONU, 1973, p. 4., tradução nossa), apontando, dessa forma, os riscos da poluição ambiental e do descarte irresponsável.

A Conferência de Estocolmo ainda se dedicou a buscar soluções para a pobreza e para desigualdade social, uma vez que o subdesenvolvimento de determinadas regiões está diretamente relacionado à qualidade de vida de seus habitantes, contudo, o documento não estabelecia uma relação clara entre as questões sociais e os problemas ambientais. A conexão entre esses dois fatores se tornou mais madura a partir da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1983, cujo relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* expunha o fato de que as pessoas que vivem em países em desenvolvimento sofrem com a falta de atendimento das necessidades mais básicas, como habitação, alimento e emprego. O documento (CMMAD, 1991, p. 46) declara que “*no mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos*”, dessa forma, ele conclui que só é possível haver desenvolvimento sustentável em um ambiente onde a população tem suas necessidades atendidas e goza de uma qualidade de vida.

O relatório deu destaque ao fato que as crises ambientais geram desigualdades socioeconômicas, cujas consequências atingem principalmente a população economicamente mais vulnerável, principalmente aquelas que dependem diretamente dos recursos naturais para obtenção de seu sustento ou que não dispõem de recursos tecnológicos que amenizem os efeitos dos distúrbios ambientais. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável se relaciona com a justiça econômica e social (CMMAD, 1991, p. 52)

Já a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro, em 1992, não só reafirmou que a erradicação da pobreza é uma condição imprescindível para o desenvolvimento sustentável, mas também fez menções à importância das comunidades indígenas e das mulheres para o desenvolvimento sustentável. A Eco-92 trouxe, portanto, uma contribuição para a compreensão mais ampla do conceito de *sustentabilidade*, na medida em que foram inclusos na mesma equação os povos originários, as políticas de igualdade de gênero, o acesso à educação, o saneamento básico, a segurança alimentar, a exploração consciente da terra, a proteção ambiental, entre outros fatores, os quais estabelecem uma relação de interdependência e não podem ser vistos como questões isoladas (ONU, 1993).

Mais recentemente, em 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma nova resolução denominada *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. O documento mantém a compreensão do conceito de sustentabilidade que integra meio-ambiente, questões sociais e desenvolvimento econômico, propondo uma *Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável*, que envolva solidariamente todos as pessoas em todos os países, concentrando esforços para atender às populações mais vulneráveis (ONU, 2015).

A agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem realizados pelos quinze anos seguintes à publicação da resolução. Tais metas sintetizam questões urgentes para a humanidade e para o planeta, tais como o fim da pobreza e da fome, a educação inclusiva e de qualidade para todos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz, a gestão sustentável e o acesso universal aos recursos energéticos, o combate às mudanças climáticas, a conservação dos recursos hídricos, a preservação dos oceanos, a recuperação dos ecossistemas terrestres, entre outros (ONU, 2015).

Após a publicação da Agenda 2030, a IFLA, sendo seguida pela FEBAB no Brasil, convocou bibliotecários e bibliotecas a contribuírem de maneira efetiva para a consecução dos objetivos estabelecidos. De maneira geral, o acesso à informação é, por si só, um fator essencial para que pessoas e comunidades tomem decisões mais conscientes sobre suas vidas. Contudo, o documento *Acesso e oportunidade para todos* (IFLA, s.d.) destaca objetivos que estão diretamente relacionados às atividades de bibliotecas, centros de cultura e outras unidades de informação, por exemplo: 16.10 - Assegurar o acesso público à informação; 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 5b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres; 9c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação.

A partir da ideia de que os seres humanos e suas atividades não estão separados do meio-ambiente, mas, pelo contrário, dependem deste para continuarem existindo, a noção de *desenvolvimento sustentável* sofre críticas por não renunciar ao sistema econômico atual, mas apenas propor compensações ambientais e socioeconômicas que, em tese, permitam a manutenção desse mesmo sistema. Nesse sentido, autores como Barter e Russell (2012) apontam que tal método de desenvolvimento está centrado sobretudo na preocupação da autopreservação humana como objetivo último, sem abrir mão do crescimento econômico.

Em um contexto onde o desenvolvimento sustentável envolve diferentes atores da sociedade, embora caiba aos governos a coordenação de programas para esse objetivo, as bibliotecas também têm um papel a cumprir. Por serem dispositivos de disseminação informacional, as bibliotecas já são fundamentais no apoio às pesquisas que envolvem o tema da sustentabilidade, mas, ao atuarem ativamente na criação e na divulgação de atividades correlatas (exposições, palestras, seminários, workshops etc.), podem se tornar agentes na conscientização das nossas sociedades. Na opinião de Sahavirta (2018), muito embora haja uma abundância de informações científicas relacionadas ao meio-ambiente, ainda há pessoas que as negligenciam ou ignoram. Nesse sentido, a biblioteca, por ser uma instituição que inspira credibilidade, pode colaborar na disseminação de informações relevantes, promovendo a conscientização em relação à sustentabilidade.

O comprometimento de bibliotecários e de governos locais com a questão ambiental dá origem à *biblioteca verde*, isto é, a biblioteca que se torna um espaço de referência para o cidadão que busca a informação correta e atualizada sobre as relações entre o ser humano e o meio-ambiente, além de estimular a busca por esse conhecimento. Sahavirta (2018) esclarece que uma biblioteca verde tem o propósito genuíno de ser uma instituição sustentável e é responsável por definir estratégias de ação que gerem impactos positivos, seja no campo da promoção de informação confiável, seja na maneira como a instituição faz uso dos recursos energéticos e materiais. Dessa forma, o autor faz um alerta contra o *greenwashing*, isto é, o uso pontual e ineficaz de determinadas práticas ambientalmente corretas apenas para fins de *marketing* e autopromoção diante a opinião pública.

Para Miller (2010), a biblioteca pública que toma decisões e atitudes ambientalmente corretas está dando um bom exemplo ante a sociedade e é capaz de exercer um papel de liderança ao influenciar positivamente os seus usuários. Dessa forma, a autora propõe um plano de ação para a biblioteca cujos objetivos é fazer com que a instituição se torne uma liderança de educação ambiental para a comunidade, sendo um exemplo de práticas ambientalmente corretas. Para a autora, a biblioteca verde deve propiciar discussões públicas sobre temas ambientais, como reciclagem e consumo de energia, e, a partir das atividades oferecidas pela instituição, fazer com que a comunidade se torne mais bem informada acerca das questões ambientais.

Ainda segundo a autora, a realização de tais objetivos é alcançada a partir de uma série de medidas de planejamento, tais como a criação de um *comitê verde*, a análise das práticas adotadas pela biblioteca, a busca por um especialista em meio-ambiente que preste consultoria, o desenvolvimento de um plano de redução de desperdício, a criação de atividades relacionadas à educação ambiental para todos os públicos e a divulgação desse projeto para que a comunidade tome conhecimento. Já no que se refere às instalações da instituição, Miller (2010) chama a atenção para determinados itens que fazem com que a biblioteca seja, por si mesma, um exemplo de local ambientalmente correto: janelas que permitam a iluminação natural, paredes com cores claras para refletir a luz (e, assim, economizar energia elétrica), escolha de lâmpadas e equipamentos eletrônicos de baixo consumo, sanitários com fluxo reduzido de água, uso de produtos de limpeza livres de substâncias prejudiciais ao meio-ambiente, aquisição e uso de papel

reciclado, acessibilidade para transporte público e estímulo ao uso de bicicletas (com a instalação de bicicletários, por exemplo) etc.

De acordo com Cardoso e Machado (2017), além da função educativa, a biblioteca verde apresenta *design*, arquitetura e gestão de recursos orientados para a sustentabilidade, sendo essa uma experiência já observada em bibliotecas públicas e universitárias na Europa e nos Estados Unidos da América. Nesse sentido, a estrutura física da instituição oferece informações não verbais sobre práticas ambientalmente adequadas. As soluções arquitetônicas, o uso racional de materiais e de energia e as demais práticas sustentáveis adotadas pela biblioteca servem de vitrina para que os visitantes tomem conhecimento dessas práticas e as introduzam em seus lares e em seu cotidiano.

Quando os governos locais colocam em prática um projeto de biblioteca sustentável, espera-se observar impactos positivos não apenas na área ambiental, mas consequentemente obter resultados econômicos e sociais. O investimento em bibliotecas verdes ou em ações sustentáveis que possibilitem o uso racional de recursos, o reúso de materiais, a economia de energia elétrica e de água, por exemplo, pode trazer um retorno em forma de economia de dinheiro público. Além disso, é esperado que as bibliotecas criem programas educativos e voltados à sua própria comunidade, tornando-se um espaço acolhedor e de diálogo, no objetivo de munir a população com a informação necessária para que os cidadãos tomem atitudes sustentáveis em suas vidas, influenciando a economia dos lares trazendo menor impacto ambiental.

6.1. Destinação sustentável para materiais bibliográficos desfeitos

Os resíduos sólidos urbanos, responsáveis pela poluição nas cidades, quando não descartados corretamente, causam diversos problemas para a saúde pública e para o meio-ambiente, o que inclui a poluição do solo e da água, poluição visual, obstrução do sistema de escoamento, que pode acarretar em enchentes, entre outros problemas. Nesse sentido, o ideal é que se evite ao máximo o descarte de resíduos e que se dê preferência a alternativas que visem ao reaproveitamento e à reciclagem dos materiais.

Os itens bibliográficos resultantes de desfazimento em bibliotecas (livros, CDs, DVDs, fitas cassetes e suas embalagens, por exemplo) são, em sua maior

parte, constituídos de materiais que podem ser reciclados, em especial papel e plástico, sendo essa uma destinação considerada limpa. A reciclagem, nesse sentido, consiste no uso de processos físicos ou químicos para reprocessar uma substância de maneira tal que ela possa ser transformada em novos produtos. Dessa forma, é mais conveniente que sejam reciclados os itens bibliográficos que não poderão ser reaproveitados, seja pela obsolescência, seja por eventuais avarias.

Nos casos em que os itens desfeitos podem ser usados por outras pessoas, é adequado que a biblioteca os disponibilize para reaproveitamento. Miller (2010) sugere que materiais desse tipo sejam colocados em um carrinho de biblioteca com o anúncio de “livros grátis” ou “\$1 por livro”. No Brasil, existem iniciativas de doação de livros na modalidade “pegue e leve”, algumas delas são bastante criativas, como as *geladeirotecas*, que são geladeiras sem funcionamento e que são reaproveitadas como se fossem armários para armazenar livros destinados à doação. As *geladeirotecas* normalmente ficam em locais públicos com circulação de pessoas, elas convidam os leitores a levarem algum dos livros disponíveis, ao mesmo tempo em que o público pode deixar ali os livros já lidos para que outras pessoas possam aproveitá-los.

Salvo nos casos em que as normas estaduais ou municipais o proibam, a doação de livros aos cidadãos no estilo “pegue e leve” é uma possibilidade para as bibliotecas públicas brasileiras, uma vez que seus livros não são bens patrimoniados.

Já em bibliotecas especializadas, os itens bibliográficos, após baixa patrimonial, devem passar por um processo de alienação que esteja dentro das possibilidades contempladas pelo Artigo 17 da Lei Federal nº 8.666/1993:

- a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;
- b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
- c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
- d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;
- e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe. (BRASIL, 1993)

As formas de alienação previstas na lei têm como intuito o reaproveitamento do material, em alguns casos com retorno financeiro para a instituição. Contudo cabe destacar que tal norma, embora obrigatória às bibliotecas especializadas, não está restrita a essas instituições. Ou seja, uma biblioteca pública, caso deseje, também poderá fazer permutas com outras unidades ou realizar doações a entidades sem fins lucrativos “para fins e uso de interesse social”, por exemplo.

6.2. Ausência de um procedimento de desfazimento de materiais bibliográficos no SMB

O presente trabalho havia sido originalmente pensado para cumprir os objetivos de (1) identificar as normas municipais que regulam a destinação dada aos materiais bibliográficos que são frutos do processo de desfazimento em bibliotecas municipais da cidade de São Paulo; (2) verificar de que maneira essas normas são cumpridas; e (3) analisar tais procedimentos sob o ponto de vista da sustentabilidade, averiguando se a política de desfazimento contempla as possibilidades de reaproveitamento e de reciclagem. No entanto, o projeto ora proposto revelou-se infrutífero, na medida em que se constatou que atualmente o Sistema Municipal de Bibliotecas não tem um procedimento de desfazimento a ser analisado.

A princípio, cabe esclarecer que esta pesquisa não identificou a existência de qualquer documento público oficial, instrução normativa, portaria etc. que orientasse e uniformizasse o procedimento de desfazimento de itens bibliográficos nas bibliotecas da rede municipal. Dessa forma, as informações sobre esse assunto foram obtidas por e-mail, em correspondência com a Sra. Wanda Moreira Martins Santos, coordenadora da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações (SCT/SMB).

De acordo com as informações recebidas, as bibliotecas públicas do SMB são orientadas a realizar o desbastamento de itens bibliográficos seguindo os critérios de *inadequação*, quando uma obra sofre alteração em seu conteúdo e deixa de apresentar interesse para a biblioteca; de *desatualização*, quando o conteúdo da obra está desatualizado, e o título apresenta edições mais recentes; de *desuso*,

quando a obra deixa de ser consultada pelos usuários; de *duplicidade*, quando há um número excessivo de exemplares de um mesmo título em relação à demanda; e de *desgaste*, quando o item é danificado com sujeira, avarias, infecção, deterioração etc., sem condição de reparo. No caso de CDs e DVDs, verifica-se também se o formato da mídia está atualizado (SANTOS, 2022).

Em adição aos casos supracitados, a ocorrência de extravio de itens (perdas ou furtos) também ocasiona a baixa do material no sistema de gerenciamento usado pelas bibliotecas públicas municipais: o software Alexandria OnLine (SANTOS, 2022). Destaca-se, portanto, que não há uma *baixa patrimonial*, uma vez que os referidos itens são classificados como *material de consumo*.

Até o ano de 2020, o material desbastado era enviado a um depósito de bens inservíveis da prefeitura de São Paulo, o qual se encarregava de encaminhá-lo para reciclagem. Contudo, de acordo com a SCT/SMB, não existe mais tal procedimento, de maneira que atualmente as bibliotecas não têm um local para enviar os itens desbastados. Assim, enquanto aguardam nova instrução, o material a ser descartado está sendo armazenado nas próprias unidades (SANTOS, 2022). Conclui-se, portanto, que, por ora, não é possível identificar a existência de procedimento de desfazimento.

7. PROPOSTA DE PROCEDIMENTOS PARA O DESFAZIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITENS BIBLIOGRÁFICOS

Como já mencionado no Capítulo 6, a presente pesquisa constatou que atualmente as bibliotecas municipais da cidade de São Paulo não têm um método de desfazimento de material bibliográfico, fazendo com que os itens resultantes do desbastamento sejam armazenados nas próprias unidades. Nesse sentido, percebe-se que a ausência desse procedimento, no longo prazo, pode gerar uma situação de acúmulo de materiais sem uso. A fim de preencher essa lacuna, o presente capítulo pretende propor uma solução para a destinação final desses materiais, levando em consideração o conceito de *sustentabilidade*.

Para a criação de um modelo procedimental que possa hipoteticamente ser aplicado no âmbito do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo, deve-se considerar que o conjunto das atividades executadas pelo SMB — desde os

processos de aquisição dos materiais, sua classificação, sua distribuição às unidades de informação, o serviço de empréstimo, bem como as demais ações e tarefas cumpridas pelos funcionários do órgão, até a realização do desbastamento de itens — é um encadeamento de processos, organizados numa sequência lógica.

Sob a ótica da gestão, um sistema (como o SMB) é constituído por diferentes processos interligados em um fluxo de trabalho. Cada um deles atende a um ou mais objetivos dentro da instituição (DE SORDI, 2008). Dessa forma, o bom funcionamento desse sistema depende da execução de diferentes procedimentos ao longo da cadeia de trabalho. Assim, uma proposta de procedimentos para o desfazimento de itens bibliográficos deve ser concebida como um processo que se interliga a outros já existentes. O processo denominado *desfazimento*, caracterizado pela renúncia da posse do material e seu encaminhamento para fora da biblioteca, ocorre após o processo de *desbastamento*, isto é, a seleção negativa de itens a partir dos critérios de *inadequação*, *desatualização*, *desuso*, *duplicidade* e *desgaste*.

Os procedimentos de desfazimento propostos neste trabalho têm a *sustentabilidade* como um elemento basilar. Como já exposto no Capítulo 6, o conceito de sustentabilidade é abrangente e inclui fatores ambientais, econômicos, culturais e sociais. Quando essa ideia é aplicada ao desfazimento de itens bibliográficos, espera-se que esse processo não se limite ao simples ato do *descarte*, mas que haja uma preocupação direcionada para a responsabilidade ambiental, a viabilidade econômica, a prevenção ao desperdício e o atendimento à comunidade.

Nesse sentido, a *reciclagem* e o *reúso* dos materiais se colocam como soluções possíveis para o desfazimento sustentável, no entanto eles não produzem resultados equivalentes. Na reciclagem, os materiais são processados e transformados em matéria-prima, perdendo suas características originais. Por outro lado, o reúso dos materiais bibliográficos oferece a oportunidade para que livros, DVDs, CDs etc. continuem servindo como suportes informacionais, preservando suas formas originais e retardando seu encaminhamento para a reciclagem. Por esse motivo, esta proposta dá preferência ao reúso dos materiais que estão em condição de serem utilizados, em detrimento da reciclagem, que é uma destinação mais adequada aos materiais avariados e sem possibilidade de uso.

7.1. Fluxograma

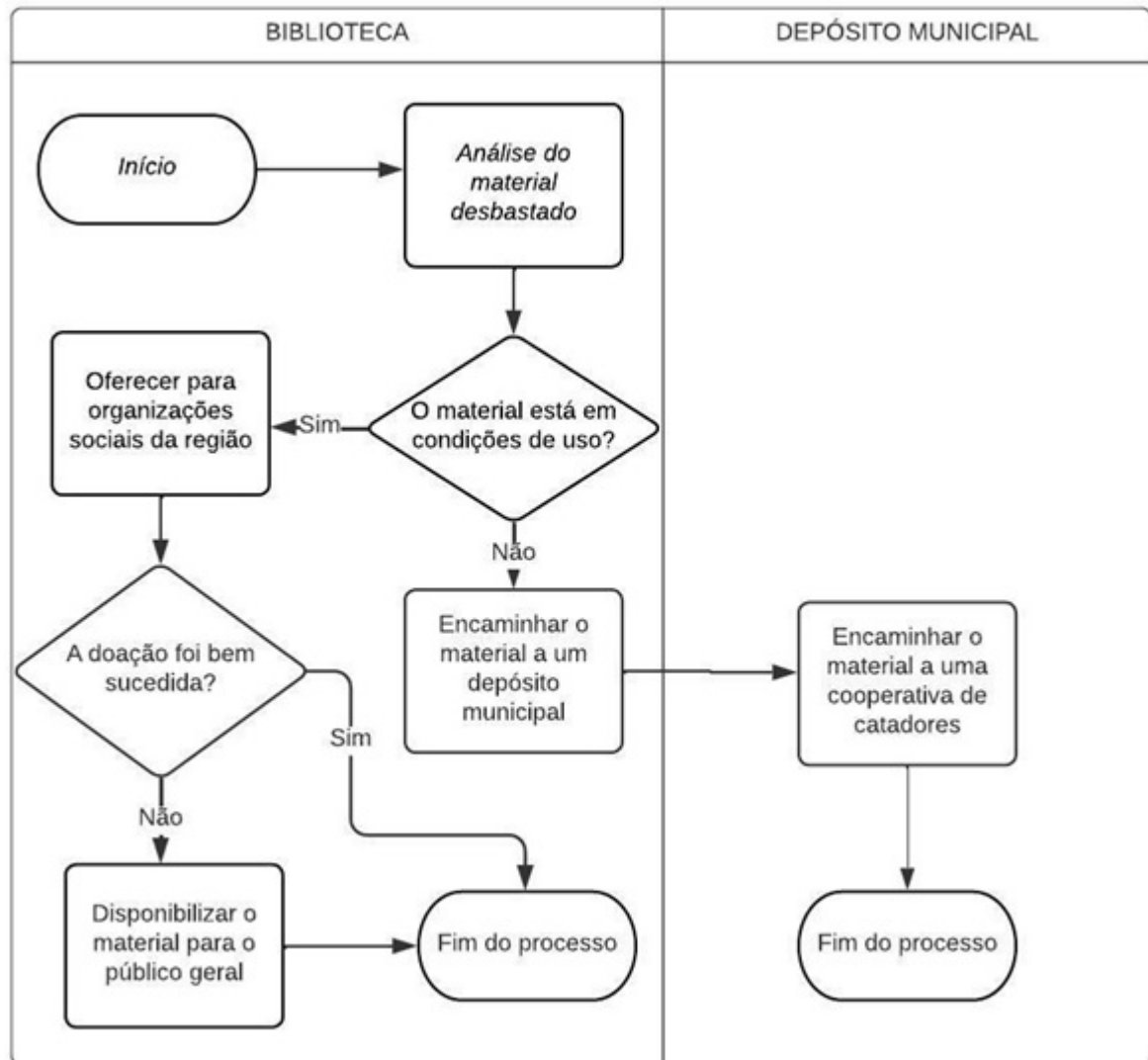
Os processos de trabalho podem ser mais bem analisados a partir de suas subdivisões e a maneira como elas se sucedem. Entre o início e o fim de um processo, há diferentes etapas, que podem ser compreendidas como atividades a serem executadas no fluxo do trabalho. Elas são organizadas em uma sequência lógica, de maneira que a conclusão de uma atividade fornece condições para a realização da etapa subsequente.

A maneira mais comum de se representar graficamente um processo é por meio do diagrama conhecido como *fluxograma*. Com essa ferramenta, é possível visualizar com maior clareza a cadeia de procedimentos necessários para se cumprirem os objetivos de uma instituição, bem como identificar eventuais falhas e realizar diagnósticos, visando à melhoria do processo (GALVÃO, 2017). No fluxograma, as setas indicam o fluxo sequencial das etapas, e cada atividade é representada por uma figura geométrica, dentre as quais utilizaremos, na presente proposta, o *retângulo* e o *losango*, que representam uma *tarefa* e um ponto de *tomada de decisão*, respectivamente.

O processo de desfazimento de itens bibliográficos proposto por este trabalho, como mostra o fluxograma (Figura 1), é formado por cinco tarefas e dois pontos de tomada de decisão, a partir dos quais pode-se chegar a diferentes destinações para o material desbastado: (1) doação para organização social, (2) disponibilização para o público geral e (3) doação para cooperativa de catadores; a depender das condições físicas dos itens e da disponibilidade de receptores do material.

Figuram como atores desse processo a biblioteca pública e o depósito municipal, cabendo à primeira dar destinação aos itens que serão reusados, atendendo à comunidade local; e ao segundo, fazer o encaminhamento para reciclagem. Nesse caso, a atuação de um depósito municipal se justifica pela necessidade de receber e de concentrar o material reciclável vindo de diferentes bibliotecas da rede.

Figura 1 - Fluxograma do processo de desfazimento



Fonte: elaboração própria

7.2. Detalhamento do processo

Como já mencionado no Capítulo 5, a Política Nacional do Livro desobriga as bibliotecas públicas de atribuir número de patrimônio aos materiais bibliográficos. Portanto, nas bibliotecas da rede municipal de São Paulo não deve haver qualquer processo relacionado à baixa patrimonial de itens desbastados. Dessa forma, a primeira tarefa do processo de desfazimento ora proposto consiste na *análise do material desbastado* a fim de identificar quais itens têm condições de serem reutilizados e quais deverão ser encaminhados ao depósito municipal para posterior

reciclagem. Essa é uma atividade atribuída ao bibliotecário e sua equipe, sendo, portanto, realizada após a conclusão do desbastamento.

O trabalho de determinar quais itens têm condição de serem reutilizados é uma tarefa subjetiva, que deve levar em consideração o estado físico do material e seu conteúdo informacional. São, por exemplo, itens elegíveis ao reaproveitamento aqueles que foram desbastados por motivo de *duplicidade* e aqueles que sofreram *desatualização* em decorrência da aquisição de edições mais recentes, e cujo conteúdo seja livre de informações equivocadas ou ultrapassadas, que possam desinformar o leitor. São igualmente reaproveitáveis os itens com pequenas avarias e cujo estado físico possibilite seu uso normalmente, sem que tenha havido comprometimento da informação.

Uma vez selecionados os materiais em condição de reaproveitamento, a biblioteca poderá marcar cada um deles com uma etiqueta ou carimbo, informando que o item não pertence mais à instituição. Isso evitará que se tente devolvê-los no futuro. Após essa etapa, a biblioteca deverá procurar uma organização social que os receba como doação. É desejável que o bibliotecário conheça as instituições que atuam na região onde a biblioteca está inserida, de maneira que identifique aquelas que possam usar os itens doados para fomentar suas atividades, tais como bibliotecas comunitárias, cursinhos comunitários, projetos de alfabetização de adultos, ou ainda bazares beneficentes, nos quais a venda desse material sirva para levantar fundos.

A preferência pela escolha de organizações sociais do mesmo bairro ou região da biblioteca se justifica, em primeiro lugar, pela maior facilidade no transporte do material. Em outras palavras, para uma instituição que esteja geograficamente distante da biblioteca, os custos do deslocamento para a retirada da doação não são vantajosos. Além disso, ao se considerar que o papel das bibliotecas públicas é o de atender à comunidade local, parece bastante apropriado que eventuais doações sejam feitas em benefício de organizações que atendam a essa mesma comunidade.

Na impossibilidade de realizar a doação a organizações sociais, o fluxograma apresenta a alternativa da disponibilização dos itens ao público geral. Essa prática já é observada em bibliotecas, que deixam ao alcance dos usuários alguns livros destinados ao desfazimento, dentro de uma caixa ou empilhados em uma mesa, com uma mensagem indicando que aqueles volumes podem ser levados livremente:

“Livros grátis”, “Livros para doação”, “Pegue e leve” etc. Outra possibilidade é sugerir que se faça uma contribuição voluntária, depositando qualquer valor na conta do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), que é um fundo municipal destinado a apoiar projetos ambientais na cidade de São Paulo.

Ainda nesse sentido, a biblioteca poderá disponibilizar os itens em projetos que estimulem a formação de leitores por meio da troca de livros, tais como feiras de troca, estantes comunitárias e *geladeirotecas*. As bibliotecas podem fomentar iniciativas que permitam a permuta de livro entre os leitores de sua comunidade. Tais ações estimulam a economia solidária, reduzem o consumo e permitem o reaproveitamento de um mesmo produto por diferentes pessoas. Dessa maneira, os itens bibliográficos oriundos do processo de desbastamento podem ser usados para alimentar essa cadeia de troca.

Por fim, no que diz respeito ao material sem condições de ser reaproveitado, o procedimento ora proposto sugere seu envio a um depósito da prefeitura para posterior encaminhamento à reciclagem. Nesse caso, os itens devem ser tratados como matéria-prima para reciclagem, sendo esta composta principalmente de papel (livros, revistas, jornais etc.) e, em menor quantidade, de plástico (capas de CDs, de DVDs etc.). Tendo em vista o baixo valor desses materiais, o depósito municipal tem a função de recebê-los de diversas bibliotecas e acumulá-los em maiores quantidades, encaminhando-os periodicamente às cooperativas de catadores que têm parceria firmada com a prefeitura, por meio do Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis.

7.3. O Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis

A Resolução nº 109 de 2017, da Autoridade Municipal de Limpeza (São Paulo, 2017), que reestrutura o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, tem por objetivo promover “*a inclusão social de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, com possibilidade de inserção desses trabalhadores na economia formal*”, além de fomentar a emancipação das cooperativas na cidade de São Paulo. Esse programa seleciona cooperativas de catadores que fazem parte do Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor para que assumam o gerenciamento das Centrais Mecanizadas de Triagem (CMT) que existem no município.

Tais centrais de triagem são instalações destinadas a separar os materiais oriundos da coleta seletiva municipal, de acordo com o tipo de material. Embora uma parte do processo seja realizado automaticamente por um maquinário, as CMTs também empregam um trabalho manual, que é desempenhado por catadores da cooperativa gerenciadora.

Os cooperados têm acesso à estrutura da CMT e recebem os resíduos sólidos por meio de uma *doação com encargos*, a partir da qual a cooperativa tem o direito de comercializar os produtos finais da triagem, ao mesmo tempo em que são obrigadas a usar 50% dos recursos auferidos para investir no aprimoramento do sistema: “a) custeio das despesas com a manutenção e com a operação de triagem; b) espaço físico; c) equipamentos; d) veículos; e) qualificação e capacitação das cooperativas e seus respectivos cooperados” (São Paulo, 2017).

Em consulta à Secretaria Municipal das Subprefeituras (ANEXO A), via Lei de Acesso à informação, o Chefe de Gabinete da pasta, Rode Felipe Bezerra, destaca que o programa tem vieses ambiental, econômico e social, na medida em que promove a correta destinação dos resíduos, estimula a criação de empregos e proporciona geração de renda e inclusão social dos catadores. A partir desse ponto de vista, é possível idealizar um cenário em que a biblioteca e os itens bibliográficos continuam a exercer uma função socioambiental, em direção a um modelo sustentável, mesmo após o descarte dos itens bibliográficos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou apresentar os principais assuntos que circundam o tema do desbastamento de materiais bibliográficos e da sustentabilidade no âmbito das bibliotecas, por meio de uma pesquisa bibliográfica que buscasse responder quais eram as melhores maneiras, do ponto de vista administrativo, social e ambiental, de se fazer tal procedimento.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que a questão das bibliotecas verdes já estava em discussão desde os anos 90, sendo um tema expressivo até os dias atuais. O cenário de emergência climática cada vez mais impõe a urgência de que as instituições repensem seus procedimentos de forma a minimizar os impactos ambientais, e as bibliotecas também devem desempenhar seu papel nesse contexto,

sobretudo no sentido educacional, com a difusão de informações relevantes à comunidade.

O objetivo deste trabalho, contudo, não foi propor um projeto de biblioteca verde, o que demandaria uma pesquisa mais ampla e multidisciplinar. Em vez disso, o foco foi colocado no desbastamento do material bibliográfico, que é um problema importante e que envolve questões administrativas, relacionada ao uso de recursos públicos, mas se articula com interesses ambientais e sociais. Quando foi constatado, no momento do levantamento de dados, que o município de São Paulo não contava com uma política, que estivesse em vigor, para dar a destinação adequada a esse material, surgiu a ideia de propor um procedimento específico que pudesse atender a essa lacuna.

O processo de desbastamento de material bibliográfico aqui proposto procurou explorar ao máximo as possibilidades de reuso dos itens, sempre tendo como norteador o propósito social da biblioteca pública e considerando a *sustentabilidade* como um valor que articula finanças, meio-ambiente e sociedade. Dessa forma, priorizou-se a doação para organizações sociais e para usuários da comunidade, em detrimento da reciclagem como primeira opção. Embora a presente proposta tenha sido formulada para a realidade paulistana, ela é adaptável para bibliotecas públicas de outras cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Prefácio. In: SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **A biblioteca pública em contexto**: cultural, econômico, social e tecnológico. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. 134 p.

ALONSO, Marta Dolabela Lima. Descarte. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 191-206, 1988. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76387>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, jan./mar. 1973. Disponível em: rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/803. Acesso em: 12 ago. 2022.

BARTER, Nick; RUSSELL, Sally. Sustainable development: 1987 to 2012: don't be naive, it's not about the environment. In: 11TH AUSTRALASIAN CONFERENCE ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH (A-CSEAR), 2-4 December 2012, University of Wollongong, Sydney. **Proceedings [...]**, Sydney: University of Wollongong, 2012. p. 1-18. Disponível em: ro.uow.edu.au/acsear2012/2012/papers/36/. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Portal da Legislação, Brasília, DF, mar. 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4320.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.

_____. Presidência da República. Secretaria de Administração Pública. Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 abr. 1988. Disponível em: www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99658.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002. Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 2002. Disponível em: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:8754. Acesso em: 11 jun. 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9373.htm. Acesso em: 14 jun. 2022.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de licitações e contratos administrativos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 02 out. 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.753.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 141-149, maio-ago 2017. Disponível em: doi.org/10.1590/2318-08892017000200002. Acesso em: 29 ago. 2021

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão de Processos**: uma abordagem da moderna administração. 2.ed., São Paulo: Saraiva, 2008

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais**. 2. ed. Brasília, DF: ENAP, 2016. 164 p.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**: estudos quantitativos, principais resultados. [s. l.]: FGV, [2010].

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALVÃO, Gardênia de Oliveira. **Manual de fluxogramas**: processos relacionados ao ecossistema de estímulo à inovação. Natal: IFRN, 2017. 58 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions = Federação internacional de Associações de bibliotecários e Bibliotecas. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012. 162 p.

_____. **Acesso e oportunidade para todos**: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Tradução por FEBAB. [São Paulo]: FEBAB, [s.d.]. 24 p. Disponível em: www.febab.org.br/febab201603/wp-content/uploads/2017/02/IFLA-Acesso-e-oportunidade-para-todos.pdf. Acesso em: 09 jul. 2023.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. Obsolescência, desbaste e aproveitamento do espaço. In: _____. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. p. 111-123.

MILANESI, Luíz. **A casa da invenção**: bibliotecas, centro de cultura. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Ateliê, 2003. 271 p.

MILLER, Kathryn. **Public libraries going green**. Chicago: ALA, 2010. 105 p. (ALA public library handbook series).

NEGRÃO, May Brooking. A evolução do Departamento de Bibliotecas Públicas: 1907-1978. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 2, p.186-209, jul-dez. 1979.

ONU – Organización de las Naciones Unidas = Organização das Nações Unidas. **Informe de la conferencia de las Naciones Unidas sobre el medio humano**: Estocolmo, 5 a 16 de junio de 1972. Nueva York: Naciones Unidas, 1973. 89 p. Disponível em: www.un.org/es/conferences/environment/stockholm1972. Acesso em: 26 ago. 2022.

_____. **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo**: Río de Janeiro, 3 a 4 de junio de 1992. Nueva York: Naciones Unidas, 1993. 473 p. Disponível em: www.un.org/es/conferences/environment/rio1992. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **Resolución A/RES/70/1, 21 de octubre de 2015**. Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Nueva York: Naciones Unidas, 2015. 40 p. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 09 jul. 2023.

ROCHA, Joeli Espírito Santo da; WALDMAN, Thaís Chang. Políticas para bibliotecas públicas: a cidade de São Paulo como foco. **Revista Internacional de Debates da Administração Pública**, São Paulo, SP, v. 5, n. 1, p. 153-176, jan-dez, 2020. Disponível em: periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/12172. Acesso em: 15 ago. 2022.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; BARROS, Carla Adriana das Neves de. O descarte de materiais bibliográficos nas bibliotecas públicas gaúchas: análise do documento de orientação do SEBP/RS. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 2, p. 106-117, 2018. Disponível em: hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36413. Acesso em: 05 jun. 2022.

SANTOS, Wanda Moreira Martins. **RE: Pesquisa sobre desfazimento de itens bibliográficos** [mensagem de e-mail]. Mensagem recebida por <pesquisa.bibliotecas.sp@gmail.com> em 19 out. 2022.

SAHAVIRTA, Harri. A garden on the roof doesn't make a library green. *In*: HAUKE, Petra [et al.] (edit.). **Going Green: Implementing Sustainable Strategies in Libraries Around the World. Buildings, Management, Programmes and Services.** Berlin; Boston, MA: Walter de Gruyter GmbH, 2018. p. 5-21. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1097>. Acesso em: 26 out. 2022.

SÃO PAULO (cidade). Decreto Municipal nº 46.434/2005, de 6 de outubro de 2005. Dispõe sobre a reorganização parcial da Secretaria Municipal de Cultura; institui o Sistema Municipal de Bibliotecas; transfere os equipamentos culturais que especifica das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, 07 out. 2005. Disponível em: legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46434-de-6-de-outubro-de-2005. Acesso em: 17 jun. 2022.

_____. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Histórico das Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Historico%20geral%20SMB%20julho%2015_1435682896.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

_____. Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo. Resolução da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) nº 109, de 15 de setembro de 2017. Reestrutura o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, e aprimora a Doação Social com Encargos para o Processamento de Resíduos Sólidos Domiciliares Secos provenientes do serviço público de coleta seletiva do Município de São Paulo. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, 16 set. 2017. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-autoridade-municipal-de-limpeza-amlurb-109-de-15-de-setembro-de-2017>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Secretaria Municipal da Cultura. Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Boletim estatístico das bibliotecas públicas de São Paulo**. São Paulo, vol. 3, n. 1, p. 1-78, jan/jun 2021. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/b_estat_bibl_publ_s_paulo_v3_n1_jan_jun_2021_20220527_1653692043.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

_____. Prefeitura do Município de São Paulo. Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Cultura, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, 25 abr. 2018. Disponível em: legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58207-de-24-de-abril-de-2018/consolidado. Acesso em: 17 jun. 2022.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112 p.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?**. Campinas: Autores Associados, 2008. 77 p. (Armazém do Ipê).

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estabelecimentos de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, 1987. p. 193-202. Disponível em: hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76179. Acesso em: 04 jun. 2022.

_____. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989. 96 p.

ANEXO A – CONSULTA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO VIA e-SIC

Informação recebida pelo Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), em 27 de janeiro de 2023, referente ao Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis:

Prezado requerente, A Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) informa, por meio da SP Regula, que não há parcerias público-privadas nem contratos de prestação de serviços remunerados. São firmados Termos de Colaboração com o Poder Público; mas não há repasse direto de recursos. O Programa Socioambiental de Inclusão de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Secos do Município, contempla como conceito central levar em conta a diversidade dos grupos de catadores existentes na cidade, incentivando a formação de cooperativas autogestionárias, objetivando alcançar um modelo sustentável, em que se preserve a destinação correta dos resíduos passíveis de reciclagem (Viés Ambiental); novas formas de trabalho, e geração de renda (Viés Econômico); além da inserção social (Viés Social). Os objetivos do programa buscam estimular a geração de emprego e renda; fomentar a formação de cooperativas de trabalho; resgatar a cidadania mediante o reconhecimento do direito básico ao trabalho; promover a educação ambiental; propiciar a defesa do meio ambiente pela coleta seletiva e a reciclagem do lixo; apoiar as cooperativas de trabalho, visando ao aprimoramento de suas atividades. O formato do programa se estrutura em Termos de Colaboração firmados entre o Poder Público e as Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, onde a municipalidade poderá investir na infraestrutura e capacitação e a cooperativa em oferecer sua mão de obra nos serviços de triagem, com a respectiva apropriação do resultado proveniente da comercialização dos resíduos pós-triagem, resíduos estes entregues pela Prefeitura por meio dos caminhões da concessionárias que realizam a coleta diferenciada junto à população. Uma vez habilitada no Programa Socioambiental de Coleta Seletiva, a cooperativa tem a possibilidade ainda de ter acesso aos recursos provenientes da comercialização dos resíduos das duas centrais mecanizadas de triagem da PMSP, concedido aos finais de ano desde 2017, e em consonância com o estabelecido na Resolução nº 109/AMLURB/2017.

Atenciosamente, Rode Felipe Bezerra - Chefe de Gabinete / SMSUB